

Jornalismo e Espaço Público

João Carlos Correia
Universidade da Beira Interior

Introdução

"O pensamento, muito embora seja uma ocupação solitária, depende dos outros para ser possível"

(Hannah Arendt, Lições Sobre a Filosofia Política de Kant)

O objectivo deste trabalho é, com recurso a uma perspectiva interdisciplinar, indagar sobre a natureza da relação entre a indústria jornalística e os seus públicos no contexto de uma sociedade de massa. Procura-se, assim, definir o lugar que, no âmbito dessa indústria, cabe à interacção, conceito que recentemente tem sido objecto de equívocos graças à crescente mediatização tecnológica da experiência simbólica. Pretende-se ainda interpelar uma forma específica de comunicação - a imprensa regional - a fim de indagar se as suas especificidades concretas são de molde a favorecerem uma maior interacção no seio da esfera pública.

A problemática da interacção situa-se no próprio cerne da distinção clássica entre público e massa. Como oportunamente veremos, tal problemática, no sentido em que é aqui abordada, articula-se com os conceitos de intersubjectividade, processo pelo qual as consciências se reconhecem mutuamente nas relações que estabelecem no "mundo

da vida"; de racionalidade comunicacional, exercício intersubjectivo da razão num contexto argumentativo com vista à coordenação da acção social; e de publicidade, partilha e debate por parte do público de um saber ou de uma opinião.

A interacção, neste sentido, não se resume, pois, à possibilidade de "dar resposta", em tempo real, graças ao progresso tecnológico, a questões que constem de uma agenda pré-determinada, respondendo, por exemplo, a sondagens. Também não se confina à decisão de compra (ou não) no âmbito do mercado de produtos culturais. Já não se reduz, sequer, pelo menos de forma linear, às situações da acção quotidiana em que os actantes se encontram face a face e simultaneamente. A interacção, tal como é pensada neste trabalho, está relacionada com a resposta em face de uma acção que nos é dirigida. No âmbito do estabelecimento da diferença entre público e massa, pertinente para a análise da indústria cultural, a interacção, quando coordenada por modos que visem a intercompreensão, deve ser entendida, ao nível geral de toda a experiência social, e, em particular, ao nível da circulação das mensagens mediáticas, como a acção comum desenvolvida e partilhada pelos membros de um grupo e entre o medium e os membros desse grupo, tendente a realizar e a concretizar os seus pro-

jectos ou apresentar as suas opiniões; a reagir perante os projectos e opiniões alheias; a comunicar e expor entre si os seus argumentos, procurando legitimar as suas acções e enunciados ou a questionar a legitimidade das acções e enunciados alheios em função da sua maior ou menor racionalidade intrínseca. O próprio conceito de público e a qualidade do relacionamento dos seus membros com o medium dependem da maior ou menor igualdade dos sujeitos no acesso à acção e à discussão. Nesse sentido, a existência de determinadas formas de interacção, reguladas segundo modelos que privilegiem o acordo racionalmente fundado, é condição constitutiva do público.

Os públicos são, pois, definidos, na senda de Wright Mills, como forma de sociabilidade onde se verificam as seguintes condições: é admissível a resposta imediata e efectiva, em condições e proporção idênticas, através do recurso à argumentação racional, às opiniões recebidas; a opinião derivada do debate tem condições de converter-se em acção; existe uma relativa autonomia em relação às instituições revestidas de autoridade; o debate e a experiência de um mundo intersubjectivamente partilhado criam efectivamente uma pluralidade de possibilidades na interpretação das normas vigentes, dos valores dominantes e dos enunciados produzidos, no âmbito de uma verdadeira tensão entre o consenso e a norma, por um lado, e a mudança e até a rejeição ou ruptura, por outro. É a existência em maior ou menor grau destas condições que nos permite falar numa interacção mais ou menos dinâmica. No contexto deste trabalho, a centralidade da interacção deve-se à importância que a reciprocidade adquire no espaço público.

Este trabalho tentará aplicar esse conceito

a realidades em relação às quais ganha especial pertinência: a imprensa regional, como espaço de salvaguarda de uma racionalidade alternativa na relação com os seus públicos; e as novas tecnologias da mediação e seus eventuais contributos para o jornalismo regional.

1. Começa-se, pois, por analisar o devir do espaço público moderno enquanto espaço privilegiado do exercício da racionalidade, tal como é entendido modernamente.

Consideraram-se como elementos constitutivos desse espaço público o exercício de uma nova forma de racionalidade; a afirmação do sujeito entendida como descoberta de um "eu" senhor de um destino, de sentimentos e de uma "psicologia", dotado de livre arbítrio e vontade politicamente relevantes; o exercício dialógico da razão com a consequente emergência da publicidade como forma constitutiva do Estado moderno; e a interacção, entendida no seu sentido mais lato, isto é como exercício em comum do entendimento com vista à partilha e legitimação de acções e opiniões, com base no uso da racionalidade.

Nesta análise convergirão dois temas fundamentais.

O primeiro traço que se considera decisivo é a ligação entre a experiência comunicacional e a experiência política, que sempre foi relativamente evidente desde o Iluminismo, mas que adquiriu uma maior visibilidade quando a comunicação se configurou decisivamente como indústria.

Primeiro, foi a emergência de uma esfera pública que colocou, ainda que em termos ideais, a hipótese de comunicar o pensamento, de forma racional e igualitariamente repartida, no cerne da própria actividade po-

lítica. Depois, foi o devir espectacularizante das mensagens e o aparecimento, no lugar do público, dessa forma de sociabilidade heterogénea e indiferenciada que designamos por massa. Finalmente, são as redes que dimensionam a comunicação em termos universais. Quebram, no espaço e no tempo, as fronteiras convencionais: "(...) dão a exacta medida do espaço público contemporâneo: já não um espaço essencialmente topológico e físico, mas, cada vez mais, um espaço simbólico, virtual e reticular."¹

Ao mesmo tempo que esta tecnologização se acelera permanecem, no seio da indústria mediática, fórmulas empresariais e comunicativas que possibilitam uma relação estreita com os públicos. É o que acontece com parte da imprensa regional, graças à sua conexão com formas de sociabilidade que parecem pré-existentes à sociedade de massa. Paradoxalmente, é o que acontece, também, com os media interactivos que muitas das vezes aparecem acompanhados por uma espécie de saudosismo em relação quer à agora grega, quer ao espaço público burguês, quer às formas de sociabilidade a que atrás aludimos.²

¹ João Pissarra Esteves, *Novos Desafios Para Uma Teoria Crítica da Sociedade*, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, "Comunicação e Política", Lisboa, Cosmos, 1995, nº 21-22, p 99

² Leo Schéer afirma em *Democratie Virtuelle* que os novos media podem levar à realização de algumas das características da agora grega (Cfr Leo Schéer, *La Démocratie Virtuelle*, Paris, Flammarion, 1994) Howard Rheingold prevê em *Virtual Community*, a recuperação de formas de sociabilidade anteriores à sociedade de massa (Cfr Howard Rheingold, *The Virtual Community*, texto acedido pela Internet) Marck Poster considera que, na Internet, existem semelhanças com a esfera pública (Cfr Marck Poster, *Cyberdemocracy: Internet and the Public Sphere*, Copyright & COPY Mark Poster, 1995, texto acedido através da Internet

O segundo traço a que nos queríamos referir é a constatação, com "nuances" diversas, dos problemas subjacentes ao espaço público no seu devir concreto - com todas as interrogações que colocam no que respeita à acção política. O exercício da racionalidade e da publicidade críticas, próprio do ideal democrático, evoluiu no sentido do abstencionismo - no significado mais lato de ausência de participação - e do consumo de mensagens regidas na sua produção por uma lógica do espectáculo. Assiste-se à falência do agir político confinado nos mecanismos da representação. A crise do sistema de partidos aprofunda-se. A representação política afigura-se cada vez mais ritualizada.

Muitos dos lugares onde se joga a felicidade são objecto da indiferença das instituições e dos programas dominantes no espaço público vigente. Aprofunda-se a apatia política - que conduz ao que Charles Taylor classificava como despotismo "soft- e à espectacularização da informação em detrimento da publicidade crítica. A interacção no espaço público esgota-se no pronunciamento ritualizado nos ciclos eleitorais (já ele próprio ameaçado por um crescimento galopante do abstencionismo) e na resposta às sondagens, diluindo-se no isolamento crescente ou na obediência a normas e instituições. Nesse contexto, o jornalismo surge, por vezes ou mesmo demasiadas vezes, como um pilar deste edifício de apatia. Outras vezes, os media são apresentados como a última esperança agora revitalizada pelas possibilidades de interactividade técnica.

As interrogações e hipóteses sucedem-se com velocidade inquietante: haverá um espaço para a redescoberta de formas de vivência comunitárias onde a partilha de valores comuns seja compatível com o exer-

cício da racionalidade? Que papel podem ainda desempenhar os media enquanto "catalizadores" de modelos de sociabilidade que contrariem as formas de existência e de pensamento estereotipadas?

Qual será, finalmente, o caminho deixado à política que se desenvolve entre ciclos eleitorais, paulatina e preguiçosa, perante os escombros do desemprego, as ruínas do Estado Social e o desperdício das energias utópicas, num momento em que a redescoberta da interacção parece essencial para ultrapassar o anonimato e a apatia das democracias de massa?

2. De acordo com este ângulo de abordagem, urge descobrir o entrelaçado entre a evolução do espaço público e o devir da indústria cultural. No contexto deste fenómeno, um olhar particularizante revela-nos a evolução do jornalismo desde a imprensa de opinião até ao jornalismo encarado como actividade industrial. Neste último, confluem características bem definidas: a produção em série; a existência de um corpo profissional dotado de uma deontologia, de saberes, competências e técnicas adequadas à feitura de mercadorias especializadas designadas por notícias; interesse na agradabilidade e confronto com o dilema que a atracção pelo lucro coloca à sua alegada vocação cultural; consumo por parte de uma audiência cada vez mais heterogénea e indiferenciada e que, por isso, cada vez menos se configura como público para se apresentar como massa.

Segundo esta perspectiva, a indústria jornalística prescindiu da crítica e da reflexão, aderindo facilmente aos estereótipos e preconceitos dominantes ou julgados como tal. As normas relacionadas com a exigência de simplicidade estilística, com a objectividade

reduzida à mera descrição, com a temática de "interesse humano" centrada no entretenimento seriam a manifestação mediática de uma vontade de produzir uma escrita conforme uma opinião julgada dominante. Esta opinião, identificada pelos preconceitos e estereótipos, constituiria o máximo denominador entre todos os cidadãos médios.

Tal ponto de vista comporta consequências. Até que ponto tais normas se assemelham a especificações produtivas? Serão as "melhores formas de informar o público" ou as que melhor se adequam ao segmento-alvo - "toda a gente nivelada por baixo" - que cada vez mais se tornou o mercado dos media?

A convergência, já atrás descrita, entre o enfraquecimento da participação política e a emergência da indústria cultural faz-nos crer que esta caracterização do jornalismo aparece sobretudo em esferas públicas em que a diversidade real escasseia. O campo político e o campo dos media seriam pilares de uma idêntica uniformização, de um idêntico culto da "mesmidade".

Aceitando que a pluralidade dos produtos não coincide com idêntica diversidade de opções sociais, culturais e políticas - ou seja, todos prolongariam, por meios mais ou menos semelhantes ou pouco divergentes, uma certa semelhança de fins - então podemos admitir que só aparentemente o mercado de bens culturais e informativos divergiria de outro tipo de mercados onde o marketing domina.

Esta opção não deve ser aceite sem reservas, sob risco de aceitarmos um determinismo catastrofista. Importa ter em conta que a falência das grandes narrativas, a forma como tudo o que parecia sólido se desfez no ar, influencia de tal forma as análises recentes que, por vezes, se confunde a semelhança

entre as alternativas mais visíveis no actual espaço público com a absoluta ausência de alternativas. Ora, é preciso perguntar até que ponto os agentes envolvidos pretendem desempenhar eles próprios até ao fim esse papel ou pelo contrário não desdenham, ou até privilegiam, novos horizontes de experiência.

O relato de um crime ou a identificação da notoriedade de uma personalidade são mensagens que pressupõem ou denotam opções sociais, culturais, políticas e éticas. Tais mensagens são comunicadas todos os dias a uma audiência que lhes dedica quotidianamente um tempo decerto escasso. Se for tido em conta que essas mensagens são sancionadas ao nível económico na compra e na publicidade - no caso da imprensa - e apenas ao nível da publicidade no caso da rádio e da televisão, teremos de admitir também que um vasto leque dessas mensagens e consequentes conotações³ mais do que induzirem uma resposta racional por parte de públicos, suscitam meros consumos ao nível da audiência metamorfoseada na massa. Assim, eventualmente, do lado da produção serão preferidos valores de aceitabilidade fácil coincidentes com o gosto médio e a compreensão rápida em detrimento do raciocínio crítico, mesmo que do lado da procura isso não seja conscientemente percebido. O resultado será então o do conformismo baseado num conhecimento epidérmico do mundo. Poder-se-á mesmo admitir que o jornalista faça uma espécie de sociologia profana, prescrutando um conteúdo e uma forma que sejam do agrado

³Utilizamos o conceito de conotação expresso por Barthes em "Elementos de Semiologia" (Cfr Roland Barthes, Elementos de Semiologia, Lisboa, Edições 70, 1989, pp 75-81)

do cidadão comum e legitimando a sua atitude precisamente na resposta favorável por parte desse cidadão comum.

3. Como compatibilizar a vocação dos media para reforçar os valores dominantes com o exercício da racionalidade crítica? Existe uma opinião comumente aceite, fortemente divulgada na comunidade académica, segundo a qual os media desempenham um papel de difusão e de reforço dos valores estabelecidos e institucionalizados, interiorizando rotinas, normas, valores e géneros discursivos que correspondem ao máximo denominador comum, rejeitando o que se desenvolve na periferia e ambiciona a mudança.⁴ De alguma forma, já se tornou claro que essa visão tem algum acolhimento neste trabalho. Todavia, o que evidentemente se enjeita, sob pena de se cair numa análise unilateral, é que esta caracterização seja uma fatalidade que se aplique, ao mesmo tempo, à totalidade da actividade jornalística.

Apesar do espaço público, tal como se positivou, ter chegado a um impasse pela similitude entre as alternativas tradicionais e pelo esgotamento das energias utópicas que conferiam sentido a essas alternativas, isso não implica que o sujeito tenha perdido a capacidade de agir dentro da sociedade, das empresas e das instituições, rejeitando o inaceitável e até lançando novas possibilidades que constituam alternativas à cristalização do sistema democrático. Recusando as perspecti-

⁴Com claras nuances e diversos graus de ênfase, trata-se de uma tradição que envolve filósofos (desde Nietzsche, a Adorno, passando por Jürgen Habermas, Marcuse e Guy Debord) e sociólogos (como Baudrillard e Alain Touraine passando por Wrigt Mills, Breed, Tuchman, James Curran e Michael Gurevich, por exemplo)

vas catastrofistas que enfermam a visão tradicional da indústria cultural em geral e da indústria jornalística em particular, acredita-se que os agentes sociais em geral, e os media em particular, não estão fadados para serem os protagonistas de um devir obscurantista que negue qualquer papel à razão e à responsabilidade dos agentes sociais.

Mas, para se produzir esta afirmação importa ir mais longe: o que está em causa é a interacção social e a forma como os media nela intervêm. Ou favorecendo a dominação ou a mudança, o consenso intersubjectivo ou a adesão acrítica, ou localizando-se num conjunto de nuances que se situam entre estas duas possibilidades que, aliás, não são estanques.

Nesse sentido, existe um espaço para relembrar ou negar a ética. As teorias que abordam este problema muitas das vezes geram respostas indiferentes ao papel dos mass media. Consideramos apenas as respostas de escolas ou pensadores que, explícita ou implicitamente, ou mesmo através de seguidores significativos, se debruçaram suficientemente sobre problemas centrais para uma reflexão sobre a comunicação: considerando o processo de subjectivização como um processo de sujeição (Foucault); aferindo a acção social sobretudo em função do eficaz funcionamento do sistema (Parsons e Luhmann); identificando a sociedade de massa como uma imensa negação do sujeito racional, demitido da sua função histórica, identificando mesmo na formação dessa racionalidade os dados que implicitavam o seu devir irracional (Adorno); colocando a intersubjectividade no centro da compreensão do mundo (como fizeram a Sociofenomenologia e o Interacionismo Simbólico) e baseando nessa compreensão intersubjectiva um

modelo de acção comunicacional (Habermas); perspectivando um espaço possível de realização do sujeito e da razão, num porfiar de esperança no qual se vislumbram poucas certezas (Giddens, Touraine, Habermas ou Charles Taylor, por exemplo.)

A nossa perspectiva vai contra a corrente da conclusão dominante em todos os que enfatizaram a dominação em detrimento do sujeito. Parece-nos evidente que o processo de construção social da realidade não é fatalmente dicotómico opondo necessariamente sujeito e sociedade. "Não estamos condenados a relegar a compreensão do comportamento humano para o domínio da pura lógica determinista dos constrangimentos sociais, que remete a autonomia do sujeito ao estatuto de pura ilusão e reduz a responsabilidade do actor social a um mero efeito da sua posição ou trajetória social."⁵ Para além da recusa do determinismo é a própria dicotomia que se enjeita. Norbert Elias chegou a negar as teorias que, à semelhança de Parsons, perspectivavam uma interpenetração de "pessoa singular" e sistema social: "Como quer que se conceba essa penetração mútua, que outro significado atribuir a essa metáfora senão o de que se tratam de duas entidades diferentes, que começam por ter existência separada e depois se interpenetram, de certo a posteriori?"⁶

Contra o determinismo ou a dicotomia inerente a algumas destas visões, em especial as mais apocalípticas ou as mais sistémi-

⁵João Pissarra Esteves, *A Ética da Comunicação e os Media Modernos* O Campo dos Media e a Questão da Legitimidade nas Sociedades Modernas, Lisboa, 1994, p5 (Tese de Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa)

⁶Norbert Elias, *O Processo Civilizacional* , Lisboa, Dom Quixote, 1989, vol I, p18

cas, podemos chamar à colação uma espécie de resistência ou de insistência que negue o primado da razão instrumental, retempere a ética e não exclua nem o indivíduo nem o sentimento comunitário, tonificando o individualismo seco e a racionalidade fria próprios de uma certa modernidade, com a abertura simultânea à razão crítica e problematizante, à memória e aos valores. Estamos de acordo em que o processo de instituição de normas coincide com o reconhecimento das mesmas, pelo que toda a transformação social é também um processo de normatização do indivíduo. Todavia, isso não nos autoriza a negar a liberdade do sujeito, a possibilidade de recusar de entre tudo o que se nos afigura como perigoso aquilo que se afigura como mais perigoso. A razão, em vez de perder-se na inegável sedução da sua crítica, não deve abandonar o horizonte da experiência e precipitar-se no canto de sereia apocalíptico que, afinal, não é mais do que a outra face do pensamento utópico: ambos denegam o presente sem reconhecer a complexidade da vida.

Para além de considerar todo o processo de subjectivização do indivíduo como um conjunto de tecnologias de dominação em funcionamento, ou para além de considerar o inevitável abatimento da racionalidade burocrática sobre o sujeito, importa reconhecer também a possibilidade ou até a inevitabilidade de resistir, de negar, de afirmar de forma diferente e de interrogar-se sobre o que fazer.

É possível compreender o que existe e viver o que existe negando a sua legitimidade, no todo ou em parte, ou propondo outros possíveis. É nesse sentido que podemos pensar uma acção política que não se esgote na idealização de um horizonte finalista, mas

que reconheça a teia de relações humanas sobre que a acção política incide e que remeta, como pretendia Arendt, a grandeza específica de cada acto político para o seu próprio empreendimento.

O que alguns dos autores atrás citados fizeram, de forma mais ou menos intensa ao longo da sua elaboração teórica (com uma crítica particularmente relevante proveniente dos diferentes pensadores da Escola de Frankfurt e de Michel Foucault),⁷ foi insistirem na componente da dominação, do constrangimento ou da adequação ao sistema, ainda que com diferentes juízos valorativos. É aqui que se justifica a afirmação a contra corrente: a compreensão do mundo vivido social implica o reconhecimento de uma dimensão intersubjectiva que lhe é inerente. É compatível com o reconhe-

⁷Michel Foucault acabaria por admitir uma semelhança de preocupações com os teóricos da Escola de Frankfurt, em especial Horkheimer: "Neste momento, compreendo que os representantes da Escola de Frankfurt esforçaram-se por afirmar, mais cedo que eu, as coisas que eu me esforcei por sustentar anos depois (...) Quanto a mim os filósofos dessa Escola puseram problemas que ainda permanecem: especialmente, os efeitos de poder relacionados com uma racionalidade que se definiu geograficamente no Ocidente, historicamente a partir do Século XVI" D Trombadori, *Entretien avec Michel Foucault* in *Dits et écrits (1984-1988)*, Paris, Gallimard, 1994, vol IV David Hoy em "Foucault versus Jürgen Habermas" tenta estabelecer uma filiação entre o trabalho dos post-estruturalistas franceses e Adorno e Horkheimer Historicamente, recorda os contactos de Benjamin com o Collège de France e o interesse de Derrida em Benjamin, expresso num ensaio *Argue* ainda em favor desta tese a utilização que Foucault admite ter feito da obra de Otto Kirchheimer em "Surveiller et Punir" (Cfr David Hoy, *Foucault Versus Jürgen Habermas* in *Thomas McCarthy and David Hoy, Critical Theory*, Cambridge, Blackwell Publishers, 1994, pp 144 e seguintes)

cimento de espaços de resistência à "massificação" (terminologia adorniana) ou à ortopedização (terminologia foucaudiana), com o reconhecimento, enfim, do agir livre eticamente fundado. Neste sentido, parece pertinente opor a noção de intersubjectividade à objectivação monológica, própria do positivismo, denegando uma espécie de inevitável constrangimento do sujeito.

Esta conclusão é extensível aos media, à suspeita que sobre eles pesa e à esperança que neles reside ou até renasce. Até onde poderão os media abandonar uma certa vocação de alegre mediocridade para poderem, eles próprios, serem elementos catalizadores de racionalidade crítica? É nesse sentido que neste trabalho se subscreve a intuição de que qualquer projecto crítico tem de incorporar uma preocupação ética. Entende-se que qualquer denegação da *realpolitik* - da gestão daquilo que temos - pressupõe sempre a pergunta à resposta: "que devemos fazer?"

4. Do lado dos media, pressupõe-se, pois, que há ainda um lugar possível para a razão, que seja também o lugar da publicidade crítica e da interacção racionalmente fundada. Não se trata de propor o fim da história defendendo o regresso a um estágio primitivo e "bom" da imprensa, eventualmente coincidente com a emergência dos públicos, propondo a superação de um estágio de interminável tagarelice mediática, alienante e grosseira, por uma espécie de inatingível império da razão onde, graças ao exercício dialógico do argumento praticado através dos media, cada cidadão passaria a ser membro de uma agora democratizada. Trata-se, apenas, de uma forma bem mais modesta tentar descobrir "interruptores", espaços de resistência eventual que permitam ultrapassar uma

espécie de mercantilismo dominador, aproveitando potencialidades existentes e denunciando mecanismos de constrangimento. A atitude crítica tem que se dirigir ao que está e pensar o que vivemos sem se resignar nem abdicar, tentando, humildemente, descortinar alternativas que por vezes se não vislumbram nos teóricos que se debruçaram sobre as formas de dominação que surgiram nas sociedades de massa. Isso implica que a intenção ética se não defira para um horizonte irremediavelmente utópico, onde as patologias comunicacionais encontrariam a sua solução em qualquer comunidade ideal. É nesta perspectiva que tem cabimento interrogarmos uma forma particular da indústria jornalística - a comunicação regional - indagando-a sobre a existência de uma racionalidade alternativa, assente numa relação diversa com os públicos. Uma das estranhezas da crise da modernidade é o facto de deixar em aberto espaços de autoregeneração. O Estado Nação e a Democracia de Massa debatem-se nas suas ambivalências. Curiosamente é nas suas crises que estalam os interstícios pelos quais irrompem as possibilidades de diferença. A comunicação social regional é também uma hipótese de catalização e reflexo destes projectos. Talvez aí, onde sobrevivem formas concretas de proximidade em relação aos cidadãos e aos espaços públicos onde eles intervêm, se possa problematizar um modelo caracterizado por essa possível racionalidade alternativa. Outro fenómeno que parece relevante analisar é o das novas tecnologias da comunicação: multimedia, redes, telemática, ampliação das capacidades das bases de dados. Estas podem desempenhar no âmbito dos media regionais um papel fundamental, ajudando a ultrapassar anacronismos sem pôr em causa

mas, antes pelo contrário, aprofundando a almejada proximidade com os públicos. Porém, em vez de fazermos uma aclamação eufórica das possibilidades que eles tenham de ressuscitarem uma espécie de nova agora, interessa interrogar os limites e legítimas esperanças que despertam para o jornalismo à sombra das novas condições tecnológicas .